

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Programa de Integridade	7
5.5 - Alterações significativas	9
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	10

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	11
10.2 - Resultado operacional e financeiro	25
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	27
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	29
10.5 - Políticas contábeis críticas	32
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	34
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	35
10.8 - Plano de Negócios	36
10.9 - Outros fatores com influência relevante	38

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 Em relação aos itens indicados no item 4.1 informar:

- a. **Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui uma nova política de gerenciamento de riscos publicada em 31/03/2017, aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho Administrativo que está em linha com as normas e políticas adotadas na empresa. A estratégia de gestão de riscos observada pela controladora indireta e pela Companhia tem como objetivo prover uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tal, avalia não apenas o impacto das taxas de juros, taxas de câmbio, preços de produtos e insumos e outros custos sobre os resultados do negócio (riscos de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a empresa (risco de crédito) e aqueles inerentes aos processos operacionais.

- b. **Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

i e ii. Os riscos para os quais se busca proteção

Risco do aumento de combustível

A fim de mitigar o risco de aumento de preço de combustível a Companhia utiliza instrumentos contratuais que permitem o repasse do aumento do combustível para seus clientes. Ainda assim, estão disponíveis no mercado futuro instrumentos que também permitem a mitigação deste risco e a Companhia estuda a utilização dos mesmos.

No que tange à segurança do transporte e dos produtos transportados, a Companhia se protege com investimentos de remodelação da via, equipamentos de detecção de falhas, bem como um Centro de Controle Operacional com tecnologia avançada com vistas ao gerenciamento do transporte.

Risco de crédito

Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência de clientes, a empresa e suas controladas adotam uma gestão conservadora na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas dos indicadores financeiros extraídos das demonstrações financeiras dos clientes como também da consulta de agências de proteção de crédito e risco. A empresa efetua a gestão do limite de crédito consumido para cada cliente como também adota uma política de cobrança agressiva com ações imediatas para cada nível de atraso de pagamento.

Risco de demanda pelos produtos transportados

O risco de demanda pelos produtos transportados está sendo mitigado por meio da melhoria na qualidade e do aumento do parque de equipamentos (locomotivas e vagões) existente na Companhia, bem como pelo aprimoramento dos sistemas que apoiam a sua gestão. Além disso, a companhia utiliza instrumentos contratuais que garantam sua demanda ou receita relativa à demanda dos produtos a serem transportados. Cabe ressaltar, que como concessionária pública a companhia é obrigada a transportar o volume informado por seus usuários que se autodeclararam como usuários dependentes e para se autodeclarar usuário dependente os clientes assinam contrato de longo prazo que garanta o volume ou a receita.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**iii. Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos**

A Companhia dispõe de uma estrutura organizacional própria de controle de gerenciamento de riscos. A política e as normas de gestão de riscos, que complementam os normativos de governança corporativa de gestão de riscos adotados pela empresa é que determinam a diversificação de operações e a proibição de operações com derivativos de caráter especulativo. O Conselho Administrativo e o Comitê Fiscal e de Auditoria são responsáveis pelas avaliações e aprovações das estratégias de mitigação de riscos que forem apresentadas e recomendadas pela Diretoria Executiva da empresa. A recomendação e a execução das operações de mitigação de riscos serão efetuadas, quando necessário, pela área responsável pela função de risco.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia não vê necessidade de alteração da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:**

- a. **Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.**

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos em linha com as normas e políticas adotadas na empresa. A estratégia de gestão de riscos observada pela controladora indireta e pela Companhia tem como objetivo prover uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tal, avalia não apenas o impacto das taxas de juros, taxas de câmbio, preços de produtos e insumos e outros custos sobre os resultados do negócio (riscos de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a empresa (risco de crédito) e aqueles inerentes aos processos operacionais.

- b. **Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

- i. **Os riscos de mercado para os quais se busca proteção**

Risco de aumento do custo de combustível

A fim de mitigar o risco de aumento de preço de combustível a Companhia utiliza instrumentos contratuais que permitem o repasse do aumento do combustível para seus clientes. Ainda assim, estão disponíveis no mercado instrumentos que também permitem a mitigação deste risco e a Companhia estuda a utilização dos mesmos.

Risco de crédito

Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência de clientes, a empresa e suas controladas adotam uma gestão conservadora na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosa dos indicadores financeiros extraídos das demonstrações financeiras dos clientes como também da consulta de agências de proteção de crédito e risco. A empresa efetua a gestão do limite de crédito consumido para cada cliente como também adota uma política de cobrança agressiva com ações imediatas para cada nível de atraso de pagamento.

Risco de demanda pelos produtos transportados

O risco de demanda pelos produtos transportados está sendo mitigado por meio da melhoria na qualidade e do aumento do parque de equipamentos (locomotivas e vagões) existente na Companhia, bem como pelo aprimoramento dos sistemas que apoiam a sua gestão. Além disso, a companhia utiliza instrumentos contratuais que garantam sua demanda ou receita relativa à demanda dos produtos a serem transportados. Cabe ressaltar, que como concessionária pública a companhia é obrigada a transportar o volume informado por seus usuários que se autodeclararam como usuários dependentes e para se autodeclarar usuário dependente os clientes assinam contrato de longo prazo que garanta o volume ou a receita.

- ii. **Estratégia de proteção patrimonial (hedge)**

A gestão integrada de riscos da empresa e de suas controladas busca avaliar os diversos fatores de risco de mercado e o impacto que tais eventos trariam para o fluxo de caixa da Companhia. Qualquer estratégia de mitigação de risco, quando necessária, deverá ser aprovada conforme Governança interna, com o objetivo de contribuir de forma

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

significativa para a redução da volatilidade do fluxo de caixa para os níveis desejados.

iii. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Além da política de concessão de crédito adotada, da celebração de contratos de longo prazo para o fornecimento de combustível e do investimento constante na melhoria da qualidade e expansão de nossos equipamentos, a Companhia não utiliza atualmente outros instrumentos de proteção patrimonial.

iv. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A política de gestão de risco corporativo determina que a Companhia avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como propostas de mitigação de risco. Conforme já destacado, estas, quando necessárias, serão executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos, tanto com terceiros, quanto com seus acionistas.

v. Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não pretende operar instrumentos financeiros com outros objetivos que não a proteção patrimonial (hedge).

vi. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Companhia dispõe de uma estrutura organizacional própria de controle de gerenciamento de riscos. A política e as normas de gestão de riscos, que complementam os normativos de governança corporativa de gestão de riscos adotados pela empresa é que determinam a diversificação de operações e a proibição de operações com derivativos de caráter especulativo. O Conselho Administrativo e o Comitê Fiscal e de Auditoria são responsáveis pelas avaliações e aprovações das estratégias de mitigação de riscos que forem apresentadas e recomendadas pela Diretoria Executiva da empresa. A recomendação e a execução das operações de mitigação de riscos serão efetuadas, quando necessário, pela área responsável pela função de risco.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia não vê necessidade de alteração da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos****a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

A Administração do Emissor realiza avaliação, testes e monitoramento dos controles internos apresentados nos processos operacionais, estratégicos e de impacto nas demonstrações financeiras.

A partir do Mapeamento dos Processos da Companhia, são verificados os eventos de riscos associados para identificar possíveis interferências no alcance dos objetivos dos processos. Após tal identificação, verifica-se os controles praticados para mitigação dos riscos. Quando não identificado o controle, as recomendações fortalecem a necessidade de sua criação com recomendações e acompanhamentos por Plano de Ação. Na existência de controles, estes são testados e monitorados e, havendo possibilidade de melhoria, são recomendadas ações a serem praticadas pelas áreas e acompanhadas pela equipe de Riscos e Controles Internos e, também, pela Diretoria a partir do acompanhamento da performance.

Os Controles Internos praticados são: controles operacionais e sistêmicos, para acompanhamento da produção e da qualidade da produção; controles financeiros para garantir o fluxo de caixa e liquidez da Companhia; controles corporativos com vistas a garantir a performance planejada entre outros mecanismos com objetivo de mitigar os riscos que afetam a capacidade de a empresa elaborar, processar e divulgar informações relevantes nas demonstrações financeiras.

b) As estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia dispõe de uma estrutura organizacional própria de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos. O Conselho Administrativo e o Comitê Fiscal e de Auditoria são responsáveis pelas avaliações e aprovações das estratégias de mitigação de riscos, implantação e/ou melhoria de controles que forem apresentadas e recomendadas pela Diretoria Executiva da VLI S/A. A área de Riscos e Controles Internos realiza a avaliação dos processos, identificando os controles existentes. Estes controles são avaliados quanto a sua eficácia e aderência e, quando necessário, são recomendadas ações, estratégias, para melhoria de processos, que são executadas pelas áreas e acompanhadas pelo Controle Interno. Além disto, a VLI S/A possui em sua estrutura uma área de controladoria atuante nos controles voltados para as demonstrações financeiras.

Um canal de Ouvidoria e *Compliance*, cujo principal objetivo é apurar as denúncias e manter a consonância das atividades da empresa com a legislação vigente, complementam essa estrutura.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A área de Riscos e Controles Internos realiza a avaliação dos controles. Estas avaliações são refletidas em relatórios apontando a eficácia e aderência dos controles e sempre que cabível, são recomendadas ações de melhoria. Conselho Administrativo e o Comitê Fiscal e de Auditoria são responsáveis pelas avaliações e aprovações das estratégias de mitigação de riscos (recomendações), implantação e/ou melhoria de controles que forem apresentadas e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

recomendadas pela Diretoria Executiva da VLI S/A.

O acompanhamento e diligenciamento das ações relacionadas aos trabalhos de Riscos e Controles internos é realizado em reuniões mensais da Diretoria Executiva e Conselho Administrativo, conforme agenda.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente:

Não foram apresentadas pelos auditores independentes, em seu relatório de recomendações significativas acerca da eficácia dos controles internos adotados pelo Emissor.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

No encerramento do exercício, tomando por base testes executados pela Administração durante todo o período, não foram identificadas deficiências relevantes na execução dos controles.

As possíveis falhas quando identificadas são corrigidas por meio da aplicação de planos de ação com o objetivo de garantir sua correta execução no encerramento do exercício.

A metodologia de mapeamento de processos e avaliação de riscos utilizadas pela Companhia são adequadas para assegurar a eficiência e confiabilidade de seus controles interno.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A reputação e imagem positivas da FCA são um patrimônio de seus acionistas, administradores e empregados. Mais do que isso, são um resultado direto do comportamento e do compromisso da equipe. Todos devem estar comprometidos com a honestidade, confiança e respeito pelos outros, e são responsáveis pela disseminação e prática desses princípios. Neste sentido, atitude certa para resolver, respeito às pessoas sempre e tolerância zero contra a corrupção representam os pilares da cultura ética da companhia.

O Código de Conduta Ética reflete um conjunto de valores que buscam assegurar credibilidade e preservar a imagem da empresa, no curto e longo prazo, junto aos mercados em que atua regularmente e se aplica a toda FCA: diretores, empregados e abrange também terceiros, tais como fornecedores e prestadores de serviços.

Anualmente os empregados passam por uma reciclagem no Código de Conduta Ética, renovando seu compromisso com o mesmo.

Em caso de descumprimento, os empregados estarão sujeitos à ações disciplinares, tais como advertência (verbal ou formal), suspensão, demissão ou destituição. Seguindo as normas do RH e as legislações específicas.

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração da Controladora da FCA, VLI, em agosto de 2014 e passou por duas revisões até 2018. Ele fica disponível no sistema de documentos normativos da Companhia.

Visando garantir o cumprimento das cláusulas do Código de Conduta, foi desenvolvido o Código de Conduta do Fornecedor que é distribuído para todos os fornecedores e está disponível na página web institucional com penalidades previstas em caso de descumprimento. Ao firmar um contrato com o fornecedor a área de suprimentos analisa o cumprimento de condutas necessárias para prestação de serviços na FCA. Além disso, o fornecedor deve se comprometer com Ética e Conformidade através da cláusula anticorrupção incluída em seu contrato de prestação de serviço.

Além do Código de Conduta Ética, a empresa possui mais dois documentos que normatizam as regras de Ética e Conformidade: o documento Diretrizes de Ética e Conformidade e o documento Diretrizes de Patrocínios e Doações.

Todos passam por revisões bianuais. O primeiro discorre sobre os tópicos: corrupção e suborno; pagamentos facilitadores; relacionamento com fornecedores, representantes e demais terceiros; conflitos de interesses; cláusula anticorrupção; contribuições e campanhas políticas; lavagem de dinheiro; fusões e aquisições; relacionamento com o setor público, e; recebimento e oferecimento de refeição, viagem, hospedagem, entretenimento, evento, presentes e brindes. Já o segundo, detalha o procedimento para a realização dos patrocínios e doações pela Companhia.

A área de Ética e Conformidade foi criada em 2014 e está ligada à Diretoria de Consultoria Geral e Integridade. Os pilares que regem o programa de Ética e Conformidade são:

1. Assessment de riscos (bianual)
2. Comprometimento com a cultura de compliance
3. Supervisão e recursos para o compliance
4. Código de conduta ética, políticas e procedimentos
5. Atividades de due diligence
6. Controles internos e monitoramentos efetivos
7. Comunicação e programas de treinamento contínuos
8. Canal de denúncia, mecanismos de investigação e disciplinares

O Comitê de Ética e Conformidade é composto pelo Diretor Presidente, seus diretos e Diretores, em alguns casos, outros gerentes, bem como a área apuradora poderão ser convocados a participar. As reuniões são mensais e possuem as seguintes finalidades:

- I. Realizar aprovações pertinentes;
- II. Conhecer os relatos encaminhados ao Canal de Ética e Conformidade;
- III. Deliberar sobre relatos encaminhados ao Canal de Ética e Conformidade que tiverem os fatos confirmados.

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Baseado nos valores, o Canal de Ética tem como objetivo orientar a empresa e terceiros que agem em seu nome a agir de forma correta, respaldados pelos mais elevados padrões de integridade. Ele é gerido por uma empresa terceirizada e pode ser acessado por funcionários de todos os níveis hierárquicos de maneira anônima e protegida.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

O acesso ao canal pode ocorrer das seguintes maneiras: 1) via site institucional, intranet e telefones, inclusive secretária eletrônica, disponibilizados nos meios de comunicação 2) e-mail, 3) diretamente com a área de Ética e Conformidade. Número do Canal de Ética: 0800.721.0782 (atendimento de segunda a sábado, de 10h às 16h.). Caminho on-line: www.canaldeetica.com.br/vli (24 horas por dia, 7 dias por semana).

As denúncias recebidas via canal são apuradas pela área de Ética e Conformidade e, ao final, reportadas ao Comitê de Ética e conformidade.

c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

De acordo com a Diretriz de Ética e Conformidade, sempre que a FCA tiver a intenção de iniciar algum processo de reestruturação societária (fusões ou aquisições) ou joint venture ou participação em consórcios deverá ser realizada a Due Diligence prévia de verificação se a empresa alvo da incorporação cometeu algum desvio pertinente a legislação anticorrupção nacional e estrangeira (quando a empresa for multinacional).

Caso seja identificado qualquer envolvimento da empresa envolvida na reestruturação societária, o Comitê de Ética deverá deliberar sobre a continuidade ou não do processo de fusão ou aquisição.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Item não aplicável à FCA uma vez que a Companhia possui controles, procedimentos e políticas conforme respostas anteriores.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Não houve eventos que alterassem significativamente os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes estão nos itens anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2017 foi de crescimento para a Ferrovia Centro Atlântica. A safra recorde de grãos e o aquecimento da economia contribuíram para a recuperação do volume transportado nos principais corredores da Companhia. Além disso, o Complexo Mineral de Patrocínio entrou em fase de ramp up operacional, transportando minério de fosfato entre os municípios de Patrocínio e Araxá. Outro fator que contribuiu para a melhoria dos resultados foi o aumento da capacidade portuária nas áreas de influência da FCA, motivando o aumento no transporte de cargas do segmento agrícola.

Como consequência desse cenário, tivemos um EBITDA de R\$ 375 milhões (aumento de 52%), provocado pelo aumento de volume, que totalizou 24.480 milhões de TKU no período (19% acima do ano anterior).

Com o objetivo de suportar o crescimento previsto em seu plano de negócios, a Companhia investiu mais de R\$ 518 milhões na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante), além de projetos voltados para o meio ambiente e saúde e segurança.

b. Estrutura de capital

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2017, foi de R\$ 4.389 bilhões, enquanto sua posição de caixa foi de R\$ 73 milhões. Em 31 de dezembro de 2016, foi de R\$ 4.381 bilhões, enquanto sua posição de caixa foi de R\$ 49,2 milhões. Em 31 de dezembro de 2015, seu patrimônio líquido foi de R\$ 1.571 bilhão enquanto a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$ 40,2 milhões.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a administração da companhia acredita que todos os compromissos financeiros, se assumidos, serão honrados em seus devidos vencimentos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia utilizou, nos três últimos exercícios sociais, recursos próprios gerados de suas atividades e recursos de terceiros para executar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro. A tabela abaixo apresenta as informações sobre o fluxo de caixa da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

Em milhares de Reais	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento pela venda de imobilizado	5.770	11.712	44.167
Compra de ativo imobilizado e intangível	(535.174)	(634.756)	(414.991)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(529.404)	(623.044)	(370.824)

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Conforme disposto no item 10.1 (b) acima, a administração da Companhia estima que os recursos próprios gerados de suas atividades serão suficientes para financiar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro. Caso haja necessidade de recursos adicionais no exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia receberá aportes de valores de sua controladora VLI Multimodal S.A.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não aplicável, uma vez que nos 3 (três) últimos exercícios sociais a Companhia não possuía empréstimos ou financiamentos contratados junto a instituições financeiras.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia não possuía empréstimos ou financiamentos contratados junto a instituições financeiras.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL – 31 DE DEZEMBRO DE 2017 EM COMPARAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

DADOS CONTÁBEIS SELECIONADOS

Em milhares de Reais	² 31/12/2017	AV(%)	31/12/2016 (reapresentado)	AV(%)	AH(%)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	73.047	1,38	49.217	0,97	48,4

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Contas a receber	202.975	3,82	151.569	2,99	33,9
Outros ativos financeiros	483	0,01	-	-	-
Estoques	77.653	1,46	63.222	1,25	22,8
Tributos a recuperar	38.441	0,72	38.202	0,75	0,6
Tributos antecipados sobre o lucro	11.271	0,21	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	20.725	0,39	22.319	0,44	(7,1)
Sinistros a recuperar	-	-	39.927	0,79	-
Demais ativos	47.002	0,89	28.519	0,56	64,8
	471.597	8,88	392.975	7,74	20,0
Não circulante					
Contas a receber	268.733	5,06	284.676	5,61	(5,6)
Despesas pagas antecipadamente	13.991	0,26	15.816	0,31	(11,5)
Depósitos judiciais	239.648	4,51	253.140	4,99	(5,3)
Tributos a recuperar	36.339	0,68	48.654	0,96	(25,3)
Tributos diferidos sobre lucro	215.964	4,07	213.051	4,20	1,4
Contas a receber da RFFSA (União)	89.860	1,69	87.230	1,72	3,0
Sinistros a recuperar	32.286	0,61	-	-	-
Demais ativos	9.390	0,18	25.194	0,50	(62,7)
Imobilizado	675.952	12,73	598.725	11,79	12,9
Intangível	3.256.817	61,33	3.157.344	62,19	3,2
	4.838.980	91,12	4.683.830	92,26	3,3
Total do ativo	5.310.577	100,00	5.076.805	100,00	4,6
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Leasing	-	-	33.059	0,65	-
Fornecedores	186.624	3,51	192.581	3,79	(3,1)
Contas a pagar	339.855	6,40	103.343	2,04	228,9
Tributos a recolher	17.243	0,32	16.590	0,33	3,9
Obrigações sociais e trabalhistas	91.384	1,72	61.243	1,21	49,2
Arrendamentos e concessão	37.880	0,71	50.059	0,99	(24,3)
Antecipações de clientes	46.947	0,88	55.640	1,10	(15,6)
Receitas diferidas	1.567	0,03	1.567	0,03	-
Demais passivos	14.718	0,28	28.952	0,57	(49,2)
	736.218	13,86	543.034	10,70	35,6
Não circulante					
Provisão para processos judiciais	55.536	1,05	45.079	0,89	23,2
Benefícios a empregados	3.591	0,07	2.020	0,04	77,8
Tributos diferidos sobre lucro	22.752	0,43	-	-	-
Receitas diferidas	23.628	0,44	25.195	0,50	(6,2)
Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	79.978	1,51	79.978	1,58	-
	185.485	3,49	152.272	3,00	21,8
Patrimônio líquido					
Capital social	4.558.859	85,84	4.558.859	89,80	-
Prejuízos acumulados	(169.985)	(3,20)	(177.360)	(3,49)	(4,2)
	4.388.874	82,64	4.381.499	86,30	0,2
Total do passivo e patrimônio líquido	5.310.577	100,00	5.076.805	100,00	4,6

Considerações sobre as principais contas do Ativo***Ativo Circulante***

O valor do ativo circulante da Companhia passou de 392,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 471,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de aproximadamente de 20%. Tal variação é justificada principalmente pelo aumento contas a receber, caixa/equivalentes de caixa, tributos.

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 96,64% em 31 de dezembro de 2017 e 65,29% em 31 de dezembro de 2016, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	23.645	3.707
Aplicações Financeiras	49.402	45.510
	73.047	49.217

Ativo Não Circulante

O valor do ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 4,684 bilhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 4,839 bilhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 3,3 % do total do ativo não circulante.

Intangível

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ 3,157 bilhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 3,257 bilhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 3,2% do total do intangível. Esse aumento decorreu dos investimentos realizados principalmente em via permanente.

				31/12/2017	31/12/2016
	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Líquido
Direitos de concessão	8,8 anos	11,33%	43.168	(25.265)	17.903
Softwares adquiridos	5 anos	20,00%	19.607	(12.186)	7.421
			62.775	(37.451)	25.324
Benfeitorias em propriedades arrendadas					
Terrenos			336	-	336
Imóveis	25 a 50 anos	4,00%	290.543	(49.095)	241.448
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	10 anos	10,00%	14.772	(5.340)	9.432
Equipamentos autônomos	5 a 20 anos	9,00%	12.880	(5.273)	7.607
Veículos	5 anos	20,00%	14	(14)	-
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10,00%	6.066	(2.210)	3.856
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20,00%	39	(21)	18
Locomotivas	12 a 25 anos	7,88%	157.594	(131.327)	26.267
Vagões	30 anos	3,33%	298.446	(57.802)	240.644
Via permanente	8,8 anos	11,33%	3.626.331	(1.411.268)	2.215.063
Outros ativos	10 anos	10,00%	16.022	(909)	15.113
			4.423.043	(1.663.259)	2.759.784
Benfeitorias em curso			471.709	-	471.709
			4.957.527	(1.700.710)	3.256.817

Imobilizado

O valor do ativo imobilizado da Companhia passou de R\$ 598,7 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 675,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de aproximadamente 12,9%. Esse aumento foi decorrente de investimentos principalmente em locomotivas.

				31/12/2017	31/12/2016
Bens em operação	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido
Imóveis	25 a 50 anos	3,99%	7.316	(2.047)	5.269
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	10 a 20 anos	9,52%	4.362	(1.358)	3.004
Equipamentos autônomos	5 a 20 anos	11,45%	97.514	(36.455)	61.059
Veículos	5 anos	20%	14.257	(11.029)	3.228
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10%	17.076	(6.641)	10.435
					(reapresentado)
					Líquido
					17.256
					3.147
					111.194
					2.844
					9.888

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20%	1.909	(1.341)	568	711
Locomotivas	12 a 25 anos	6,76%	648.462	(304.320)	344.142	290.719
Vagões	33,3 anos	3,33%	292.244	(144.271)	147.973	151.004
Via permanente	19,08 anos	10,00%	95.270	-	95.270	8.636
Outros Ativos	10 anos	10,00%	3.695	(40)	3.655	-
			1.182.105	(507.502)	674.603	595.399
Benfeitorias em curso			1.349	-	1.349	3.326
			1.349	-	1.349	3.326
			1.183.454	(507.502)	675.952	598.725

Passivo Circulante

O valor do passivo circulante da Companhia passou de R\$ 543 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 736,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento 35,6% do total do passivo circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente, pelo aumento de contas a pagar, devido a: até 31 de dezembro de 2017, as aquisições totalizavam R\$ 339,8 milhões, sendo R\$ 310,7 milhões com prazo entre 270 e 360 dias que foram cedidas por nossos fornecedores (junto às instituições financeiras) com taxas entre 0,99% a.m. e 0,68% a.m., sendo o último vencimento a pagar em 11/09/2018. As demais aquisições totalizavam R\$ 29,1 milhões com prazo médio de pagamento de 90 dias (em 2016 a Companhia possuía apenas aquisições com prazo de 90 dias, no montante de R\$ 103,3 milhões).

Passivo Não Circulante

O valor do passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 152,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 185,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de aproximadamente de 21,8% do total do passivo não circulante. Tal variação está representada principalmente pela provisão para processos judiciais e tributos diferidos sobre o lucro.

Patrimônio Líquido

O valor do patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 4,381 bilhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 4,389 bilhões em 31 de dezembro de 2017, representando aumento de aproximadamente 0,2% do patrimônio líquido. Tal variação é representada pelo resultado apurado ao longo de 2017.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em milhares de Reais, (exceto quando indicado de outra forma)	AV%		AV%		AH%
	31/12/2017		31/12/2016		
			(reapresentado)		
Receita líquida de serviços prestados	2.124.532		1.667.362		27,4
Custo dos serviços prestados	(2.024.332)	(95,28)	(1.708.954)	(102,49)	18,5
Lucro (prejuízo) bruto	100.200	4,72	(41.592)	(2,49)	(340,9)
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	(108)	(0,01)	(114)	(0,01)	(5,3)
Gerais e administrativas	(67.845)	(3,19)	(56.589)	(3,39)	19,9
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(6.746)	(0,32)	48.578	2,91	(113,9)
5	(74.699)	(3,52)	(8.125)	(0,49)	819,4
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	25.501	1,20	(49.717)	(2,98)	(151,3)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultado financeiro	(10.902)	(0,51)	16.167	0,97	(167,4)
Despesas financeiras	(37.586)	(1,77)	(22.500)	(1,35)	67,1
Receitas financeiras	5.770	0,27	9.492	0,57	(39,2)
Receitas (despesas) com variação monetária/cambial	20.914	0,98	29.175	1,75	(28,3)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	14.599	0,69	(33.550)	(2,01)	(143,5)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.224)	(0,34)	7.936	0,48	(191,0)
Tributos correntes	(1.611)	(0,08)	-	0,00	(100,0)
Tributos diferidos	(5.613)	(0,26)	7.936	0,48	(170,7)
Lucro (prejuízo) do exercício	7.375	0,35	(25.614)	(1,54)	(128,8)
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia	7.375	0,35	(25.614)	(1,54)	(128,8)
Participação dos não-controladores					
	7.375	0,35	(25.614)	(1,54)	(128,8)
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído atribuído aos acionistas (expresso em R\$ por lote de milhão de ações)	0,07		(0,12)		

Receitas

No exercício social findo 31 de dezembro de 2017, a receita líquida somou R\$ 2,125 bilhões, representando um aumento de 27,4% sobre o mesmo período de 2016, no valor de R\$ 1,667 bilhão. O crescimento da receita foi devido, principalmente, à receita de serviços acessórios.

Custos e Despesas

Os custos dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$ 2,024 bilhões, o que representou um aumento de, aproximadamente, 18,5% em relação ao mesmo período de 2016, no valor de R\$ 1,709 bilhão. Os principais fatores que alavancaram os custos em 2017 foram despesas com pessoal, material, partilha de frete e aluguéis.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$ 67,9 milhões, o que representou um aumento de, aproximadamente, 19,8% em relação ao mesmo período de 2016, no valor de R\$ 56,7 milhões.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 6,7 milhões negativos em 31 de dezembro de 2017 o que representou uma redução de, aproximadamente, 113,9% em relação ao mesmo período de 2016, quando totalizou R\$ 48,6 milhões positivos.

Resultado operacional

O valor do resultado operacional da Companhia passou de R\$ 49,7 milhões negativos em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 25,5 milhões positivos em 31 de dezembro de 2017. A expressiva variação positiva decorreu principalmente pelo aumento da receita líquida conforme evidenciado acima.

Resultado financeiro

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 10,9 milhões negativos contra o resultado positivo em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 16,2 milhões, representando uma redução de 167,4%. Tal variação se deu basicamente, em razão do aumento das despesas financeiras com o ajuste a valor presente.

Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O valor do lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social da Companhia passou de um prejuízo de R\$ 33,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 para um lucro de R\$ 14,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de aproximadamente 143,5%. Tal variação se deu em razão do aumento da receita líquida do período.

Lucro (Prejuízo) Líquido do exercício

Em 2017 a empresa apurou um lucro de R\$ 7,4 milhões em 2017, um aumento de R\$ 33 milhões acima do resultado de 2016.

FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em milhares de Reais

	31/12/2017	31/12/2016
		(reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Lucro (prejuízo) do exercício	7.375	(25.614)
Ajustes:		
Depreciação e amortização	349.334	296.141
Provisões para perdas e processos judiciais	7.910	(22.926)
Despesas (receitas) com variação monetária/cambial	(20.914)	(29.176)
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	1.825	1.825
Ganho na alienação de ativo imobilizado	(5.770)	13.872
Baixa de ativos	9.139	-
Provisão para baixa de ativos	2.166	-
Receitas diferidas	(1.567)	(1.567)
Ajuste a valor presente	16.819	(6.841)
Despesas com benefícios a empregados	1.607	601
Tributos diferidos sobre lucro	5.613	(7.936)
Despesas financeiras – Leasing	5.645	3.754
	379.182	222.133
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(30.851)	132.225
Estoques	(14.431)	(2.417)
Tributos a recuperar	4.877	40.207
Contas a receber da RFFSA (União)	(294)	877

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas pagas antecipadamente	1.594	7.621
Depósitos judiciais	31.181	(20.238)
Sinistros a recuperar	7.641	2.128
Demais ativos	(2.679)	(4.724)
Fornecedores	(26.821)	73.950
Contas a pagar	236.512	97.848
Tributos a recolher	364	(5.067)
Obrigações sociais e trabalhistas	44.367	(31.640)
Benefícios a empregados	(36)	157
Arrendamento e concessões	(12.179)	4.934
Antecipações de clientes	(8.693)	55.640
Demais passivos	(14.234)	(15.262)
Caixa líquido gerado pelas operações	595.500	558.372
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(3.561)	(2.680)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	591.939	555.692
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela venda de imobilizado	5.770	11.712
Compra de ativo imobilizado e intangível	(535.174)	(634.756)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(529.404)	(623.044)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	119.978
Pagamentos de leasing	(38.705)	(43.612)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(38.705)	76.366
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	23.830	9.014
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	49.217	40.203
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	73.047	49.217

Em 2017 a companhia apresentou um aumento de caixa da ordem de R\$ 23,8 milhões em comparação ao ano anterior.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL – 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM COMPARAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015**DADOS CONTÁBEIS SELECIONADOS****Em milhares de Reais**

	31/12/2016	31/12/2015
	(reapresentado)	(reapresentado)
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	49.217	40.203
Contas a receber	151.569	269.369
Estoques	63.222	55.481
Tributos a recuperar	38.202	105.720
Despesas pagas antecipadamente	22.319	29.941
Sinistros a recuperar	39.927	42.056
Demais ativos	28.519	48.989
	392.975	591.759
Não circulante		
Contas a receber	284.676	291.880
Despesas pagas antecipadamente	15.816	17.640
Depósitos judiciais	253.140	213.023
Tributos a recuperar	48.654	17.644
Imposto de Renda e Contribuição social diferidos	213.051	205.115
Contas a receber da RFFSA (União)	87.230	81.830
Demais ativos	25.194	-
Imobilizado	598.725	837.586
Intangível	3.157.344	2.605.452
	4.683.830	4.270.170
Total do ativo	5.076.805	4.861.929
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores	192.581	121.569
Contas a pagar	103.343	5.495
Leasing	33.059	41.246
Obrigações fiscais	16.590	20.721

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Obrigações sociais e trabalhistas	61.243	92.883
Arrendamento, concessões a pagar	50.059	45.125
Receitas diferidas	1.567	1.567
Antecipação de clientes	55.640	-
Demais passivos	28.952	44.050
	543.034	372.656
Não circulante		
Leasing	-	31.671
Provisão para processos judiciais	45.079	62.301
Benefícios a empregados	2.020	1.262
Receitas diferidas	25.195	26.762
Demais passivos	-	164
Adiantamento para futuro aumento de capital-AFAC	79.978	2.795.893
	152.272	2.918.053
Patrimônio líquido		
Capital social	4.558.859	1.722.966
Prejuízos acumulados	(177.360)	(151.746)
	4.381.499	1.571.220
Total do passivo e patrimônio líquido*	5.076.805	4.861.929

Considerações sobre as principais contas do Ativo***Ativo Circulante***

O valor do ativo circulante da Companhia passou de R\$ 591,8 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 393,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de 33,6% do total do ativo circulante. Tal variação é justificada especialmente pela compensação dos tributos a recuperar e das contas a receber.

As aplicações financeiras referem-se a aplicações em certificados de depósitos bancários de curto prazo, remuneradas por um percentual médio de 99,73% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e Bancos	3.707	3.792
Aplicações Financeiras	45.510	36.411
	49.217	40.203

Ativo Não Circulante

O valor do ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 4,270 bilhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 4,684 bilhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 9,7% do total do ativo não circulante.

Intangível

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ 2,605 bilhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 3,157 bilhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 21,2% do total do intangível. Em decorrência dos investimentos realizados em material rodante e instalações auxiliares/sistemas operacionais.

				31/12/2016	31/12/2015
Tempo	Taxa média	Custo	Amortização	Líquido	Líquido

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	<u>estimado de vida útil</u>	<u>anual de amortização</u>	<u>histórico</u>	<u>acumulada</u>		
Direitos de concessão	9,08 anos	4,70%	43.169	(23.218)	19.951	21.999
Softwares adquiridos	5 anos	20,00%	19.156	(11.126)	8.030	4.099
			62.325	(34.344)	27.981	26.098
Benfeitorias em propriedades arrendadas						
Terrenos			58	-	58	15
Imóveis	9,08 anos	2,04%	285.145	(42.238)	242.907	236.803
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	9,08 anos	5,00%	115.169	(3.934)	111.235	15.298
Equipamentos autônomos	5 a 9,08 anos	8,83%	22.259	(4.367)	17.892	7.732
Veículos	3 a 5 anos	23,38%	807	(19)	788	-
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10,00%	6.910	(1.611)	5.299	2.394
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20,00%	204	(78)	126	667
Locomotivas	9,08 anos	7,51%	286.076	(125.896)	160.180	74.072
Vagões	9,08 anos	3,00%	266.897	(116.372)	150.525	67.951
Via permanente	9,08 anos	6,27%	3.180.737	(1.177.496)	2.003.241	2.032.597
Outros ativos	9,08 anos	10,00%	695	(450)	245	1.422
			4.164.957	(1.472.461)	2.692.496	2.438.951
Benfeitorias em curso			436.867	-	436.867	140.403
			4.664.149	(1.506.805)	3.157.344	2.605.452

Imobilizado

O valor do ativo imobilizado da Companhia passou de R\$ 837,6 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 598,7 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de aproximadamente 28,5%. Essa redução foi decorrente de vagões.

					<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Bens em operação	<u>Tempo estimado de vida útil</u>	<u>Taxa média anual de depreciação</u>	<u>Custo histórico</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	(reapresentado) <u>Líquido</u>	(reapresentado) <u>Líquido</u>
Imóveis	25 a 40 anos	2,36%	25.095	(7.839)	17.256	21.590
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	5 anos	5,00%	4.737	(1.590)	3.147	1.095
Equipamentos autônomos	5 a 20 anos	11,72%	198.949	(87.755)	111.194	137.774
Veículos	3 a 5 anos	20,41%	11.920	(9.076)	2.844	5.143
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10%	17.368	(7.480)	9.888	11.570
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20%	7.853	(7.142)	711	2.898
Locomotivas	12,5 a 25 anos	7,28%	504.618	(213.899)	290.719	297.653
Vagões	33,3 anos	3,00%	205.247	(54.243)	151.004	236.586
Via permanente	19,08 anos	6,61%	24.396	(15.760)	8.636	-
Outros ativos	10 anos	10,00%	-	-	-	42.799
			1.000.183	(404.784)	595.399	757.108
Terrenos			1.142	-	1.142	1.142
Adiantamento a fornecedores de imobilizado			2.502	-	2.502	4.127
Provisão para baixa de ativo			(318)	-	(318)	(318)
Benfeitorias em curso			-	-	-	75.527
			3.326	-	3.326	80.478
			1.003.509	(404.784)	598.725	837.586

Passivo Circulante

O valor do passivo circulante da Companhia passou de R\$ 372,7 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 543,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 45,7% do total do passivo circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente, pelo aumento de contas a pagar e fornecedores. Em decorrência do risco sacado,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

maior prazo para pagamento do Diesel.

Passivo Não Circulante

O valor do passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 2,918 bilhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 152,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de 94,8% do total do passivo não circulante. Tal variação está representada basicamente por adiantamentos para futuro aumento de capital, aportados no exercício de 2015.

Patrimônio Líquido

O valor do patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 1,571 bilhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 4,381 bilhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 178,9% do patrimônio líquido. Tal variação é basicamente representada pelo aumento do Capital Social, advindo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), o qual foi aprovado por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada no dia 11 de outubro de 2016, na sede social da Ferrovia Centro Atlântica S.A. ("Companhia").

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em milhares de Reais, (exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2016 (reapresentado)	31/12/2015
Receita líquida de serviços prestados	1.667.362	1.653.189
Custo dos serviços prestados	(1.708.954)	(1.682.461)
Prejuízo bruto	(41.592)	(29.272)
Receitas (despesas) operacionais		
Com vendas	(114)	(159)
Gerais e administrativas	(56.589)	(16.359)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	48.578	50.689
	(8.125)	34.171
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	(49.717)	4.899
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	395
Resultado financeiro	16.167	25.789
Despesas financeiras	(22.500)	(12.052)
Receitas financeiras	9.492	8.263
Receitas (despesas) com variação monetária/cambial	29.175	29.578
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição social		
Contribuição Social	(33.550)	31.083
Imposto de Renda e Contribuição Social	7.936	(1.929)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	-	(6.632)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	7.936	4.703
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(25.614)	29.154
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação atribuído aos acionistas (expresso em R\$ por lote de milhão de Ações)	(0,12)	0,14

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receitas

No exercício social findo 31 de dezembro de 2016, a receita líquida somou R\$ 1,667 bilhão, representando um aumento de 0,9% sobre o mesmo período de 2015, no valor de R\$ 1,653 bilhão. O crescimento da receita foi devido, principalmente, à receita de serviços acessórios.

Custos e Despesas

Os custos dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 totalizaram R\$ 1,709 bilhão, o que representou um aumento de, aproximadamente, 1,6% em relação ao mesmo período de 2015, no valor de R\$ 1,682 bilhão.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 totalizaram R\$ 56,7 milhões, no mesmo período de 2015 R\$ 16,5 milhões o que representou um aumento de aproximadamente 243,3%. A variação é basicamente justificada pelo aumento do compartilhamento de despesas com a VLI S/A e a VLI Multimodal S/A e viagens.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 48,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 o que representou uma redução de, aproximadamente, 4,2% em relação ao mesmo período de 2015, quando totalizou R\$ 50,7 milhões. O principal impacto é justificado com base nas multas contratuais, vendas de ativos e da recuperação de despesas que em sua maior parcela refere-se à créditos fiscais extemporâneos.

Resultado operacional

O valor do resultado operacional da Companhia passou de R\$ 4,9 milhões positivos em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 49,7 milhões negativos em 31 de dezembro de 2016.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 16,2 milhões contra o resultado em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 25,8 milhões, representando uma redução de 37,3%. Tal variação se deu basicamente, em razão do aumento do risco sacado e leasing, houve variação do leasing, que teve início em novembro/2015.

Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O valor do lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social da Companhia passou de um lucro de R\$ 31,1 milhões em 31 de dezembro de 2015 para um prejuízo de R\$ 33,6 milhões negativos em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de aproximadamente 207,9%. Tal variação se deu em razão do impacto da variação das outras receitas (despesas) operacionais líquidas e do resultado financeiro.

Prejuízo Líquido do exercício

Prejuízo de R\$ 25,6 milhões em 2016, R\$ 54,8 milhões ¹²abaixo do resultado de 2015. A crise econômica vivida no Brasil impactou drasticamente as atividades da empresa. Apesar disso, a empresa manteve os seus investimentos programados. Isso pode ser percebido, na elevação dos gastos com manutenção e melhoria da via permanente.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

Em milhares de Reais

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(reapresentado)	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(25.614)	29.154
Ajustes		
Resultado de equivalência patrimonial		(395)
Depreciação e amortização	296.141	264.375
Provisão para perdas e processos judiciais	(22.926)	(6.735)
Despesas com variação monetária/cambial	(29.176)	(29.578)
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	1.825	1.825
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado	13.872	(31.619)
Receitas diferidas	(1.567)	(317)
Despesas com benefícios a empregados	601	(2.138)
Ajuste a valor presente	(6.841)	(4.291)
Tributos diferidos sobre o lucro	(7.936)	(4.703)
Despesas Financeiras - Leasing	3.754	694
	222.133	216.272
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	132.225	(144.493)
Estoques	(2.417)	2.029
Tributos a recuperar	40.207	(59.619)
Contas a receber da RFFSA (União)	877	-
Despesas pagas antecipadamente	7.621	(2.457)
Depósitos judiciais	(20.238)	(22.131)
Sinistros a recuperar	2.128	(11.409)
Demais ativos	(4.724)	(11.304)
Fornecedores	73.950	(6.871)
Contas a pagar	97.848	5.495
Tributos a recolher	(5.067)	5.063
Obrigações sociais e trabalhistas	(31.640)	14.875
Benefícios a empregados	157	-
Arrendamentos, concessão a pagar	4.934	3.193
Receitas diferidas	-	25.000
Antecipação de clientes	55.640	-
Demais passivos	(15.262)	(719)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	558.372	12.924
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2.680)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	555.692	12.924
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela venda de imobilizado	11.712	44.167
Compra de ativo imobilizado e intangível	(634.756)	(414.991)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(623.044)	(370.824)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	119.978	362.000
Pagamentos Leasing	(43.612)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	76.366	362.000
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	9.014	4.100
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	40.203	36.103
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	49.217	40.203

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2016 a companhia apresentou um aumento de caixa da ordem de R\$ 4,9 milhões em comparação ao ano anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i.) descrição de quaisquer componentes importantes na receita

A receita bruta da Companhia passou de R\$ R\$ 1,966 bilhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 2,439 bilhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que representa um aumento de 24,1% em comparação a 2016.

As receitas da Companhia advêm principalmente do transporte ferroviário de granéis agrícolas e produtos industrializados. Assim, os componentes da receita da Companhia estão diretamente relacionados com o volume de carga transportada e o preço médio contratado. Além dos granéis agrícolas e produtos industrializados, pela malha da Companhia são também movimentadas mercadorias diversas, tais como produtos siderúrgicos, calcário e insumos da indústria siderúrgica, a maioria em regime de direito de passagem e tráfego mútuo.

Em 2017, a receita líquida da FCA aumentou 27% sobre o exercício anterior. O principal fator de sustentação desse crescimento foi a safra de grãos recorde registrada nesse ano.

Agricultura

O segmento de Agricultura tem como principais produtos transportados a soja, milho, açúcar. Esse segmento foi influenciado pela expressiva recuperação de safra ocorrida no Brasil entre 2016 e 2017, resultando num crescimento de 23% do volume transportado quando comparado à 2016, para 18 bilhões de TKU. A receita acumulada foi de R\$ 1,33 bilhão. A carteira de fertilizantes, que antes compunha o segmento de Industrializados, foi incluída no segmento de Agricultura em 2017.

Industrializados

O transporte de industrializados também teve uma recuperação em 2017, em função da recuperação econômica do país. Quando desconsideramos a alteração de Segmentos da carteira de Fertilizantes, Industrializados finalizou o ano com crescimento de 12% no volume transportado, concentrados em Calcário, Clinquer e Madeira em Toras. O Segmento finalizou o ano com 3,8 bilhões de TKU transportados A receita total desse segmento em 2017 foi de R\$ 371 milhões.

Siderurgia e Construção

O segmento de Siderurgia e Construção apresentou crescimento de 4 % em 2017, alcançando 2,7 bilhões de TKU. As perdas ocorridas no transporte de insumos para construção foram compensadas pela concentração da produção de nossos clientes em plantas siderúrgicas atendidas pela FCA. A receita desse segmento totalizou R\$ 238 Milhões em 2017. Destacam-se como principais produtos o Minério, Calcário, Ferro Gusa, Cimento, Coque e Aço.

Investimentos

Em 2017, a FCA investiu o valor total de R\$ 518,7 milhões, 20% menor do que em 2016. Os recursos foram alocados na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante), além de projetos de meio ambiente e saúde e segurança.

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os resultados operacionais da Companhia são afetados, principalmente, pelos custos associados às suas atividades, conforme mencionados no item 10.1(h). A administração da Companhia vem implementando ações visando à melhoria da margem operacional, compreendendo reduções de custos e melhoria de sua eficiência operacional, conforme evidenciado no item 10.1(h).

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Em 2017, a receita líquida aumentou 27% sobre o exercício anterior, principalmente em razão do aumento da receita de transporte ferroviário.

Em 2016, a receita líquida aumentou 0,85% sobre o exercício anterior, principalmente em razão do aumento da receita de serviços acessórios.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante.

Os combustíveis são o principal insumo da Companhia, sendo que, em 2017, as despesas com combustíveis representaram aproximadamente 19,8% dos seus custos operacionais ante 19,25% em 2016. O aumento das despesas de combustíveis justifica-se pelo maior volume transportado em 2017 quando comparado com 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

c. Eventos ou operações não usuais

REFIS - Contrato de cessão de créditos fiscais

Com o advento da Lei 12865/13 - 09 de outubro de 2013 - § 7º os contribuintes poderiam liquidar os passivos junto à Receita Federal decorrentes de multas e juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) próprios e de empresas domiciliadas no Brasil, por eles controladas em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012 a FCA registrava em seus livros fiscais saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda no montante de R\$ 1.412 milhões e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 1.457 milhões resultantes dos prejuízos acumulados nos últimos anos. A título destas, a FCA poderia gozar de R\$ 484 milhões em créditos fiscais no decorrer dos exercícios seguintes. A Vale na época detentora indireta de participação em ações emitidas pela FCA decidiu, em virtude do programa governamental que permitiria as empresas, se beneficiar das bases tributárias e adquirir as bases tributárias negativas das sociedades controladas.

Em novembro de 2013 a Vale e FCA celebraram contrato atípico e sem precedentes de cessão de créditos fiscais. Este contrato foi firmado considerando as autorizações contidas na Lei nº12865/13(REFIS). Em consonância com as premissas e estimativas aplicadas em seu plano de negócio, a FCA decidiu por ajustar ao valor presente a operação considerando uma taxa de desconto de 7,8%.

De acordo com o contrato de cessão dos créditos fiscais a Vale pagará à FCA os seguintes valores:

1ª parcela à vista - A FCA transferiu através da opção exercida pela Vale o montante nominal de R\$ 121 milhões de créditos fiscais, sem nenhuma condicionante ou realização de prejuízos fiscais e bases negativas. Ficou ajustado entre as partes que esta parcela seria paga à vista com deságios, considerando que o valor da operação foi inicialmente ajustado ao valor presente. O saldo desta parcela estava registrado pelo valor justo de R\$ 82,5 milhões. O ajuste a valor presente desta parcela foi de R\$ 38,4 milhões; e considerando o custo de oportunidade do recebimento à vista desta primeira parcela, foi concedido um desconto adicional de R\$ 22,2 milhões de reais. Esta parcela que representa 25% do total nominal dos créditos fiscais foi paga no ato do exercício da opção pela Vale em novembro de 2013, no montante de R\$60 milhões.

Demais parcelas - A devolução será realizada com base no montante anual equivalente ao benefício econômico que a FCA teria se ainda fosse titular dos créditos fiscais, ou seja, a Vale devolverá periodicamente à FCA os valores dos benefícios fiscais que esta faz jus na medida em que esta apurasse lucros tributáveis, até o limite do valor nominal dos créditos transferidos, no valor total de R\$ 484 milhões, deduzidos da 1ª parcela no montante de R\$ 121 milhões, restando, portanto, o saldo nominal de R\$ 363 milhões.

Considerando que, a devolução das demais parcelas, ficarão condicionadas ao aproveitamento dos créditos fiscais, estando incluídas neste caso, mas não se limitando, a apuração do lucro tributável, a realização de reestruturação societária, a edição de legislação que permita o pagamento à vista ou parcelamento de débitos de sua titularidade com a utilização dos créditos fiscais ou qualquer alteração legislativa, a taxa adotada para mensuração dos ajustes a valor presente foi de 7,8% a.a.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

No ano calendário de 2015 a FCA apurou lucro tributável e de acordo com o que estabelece o contrato de cessão de créditos fiscais, a Vale pagou em abril de 2016 o montante de R\$ 3 milhões que deduzido do saldo nominal restam R\$ 360 milhões. Em dezembro de 2017 a Vale pagou o montante de R\$ 17 milhões. O ajuste a valor presente deste saldo corresponde a R\$ 88 milhões, logo o montante a receber da Vale é de R\$ 255 milhões.

A realização da parcela do ajuste a valor presente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi de R\$ 2.065, (em 31 de dezembro de 2016 R\$ 6.841).

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas demonstrações contábeis consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017.

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - entra em vigor em 1 de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

A alteração do IFRS 15 aborda o tema de reconhecimento de receitas oriundas de vendas de mercadorias, produtos acabados e prestação de serviços. Esta nova norma não irá gerar impactos sobre as rotinas e procedimentos adotados para registrar e reconhecer receitas de serviços de transportes ferroviários de cargas e, também, para serviços portuários prestados pela FCA, sendo que todos os contratos de prestação de serviços de transportes ferroviários de cargas e também para serviços portuários foram avaliados considerando o IFRS 15.

A companhia realizou as análises considerando as 4 fases da metodologia de aplicação:

1 - Identificação do contrato

Para fins de análise e diagnósticos da nova norma sobre receitas, avaliamos de forma abrangente todos os contratos padrões, celebrados para auferir receitas com: transporte ferroviário de cargas, incluindo as cláusulas de penalidades (ToP); estadia de vagões; tráfego mútuo; direitos de passagens; alienação de ativos.

2 - Identificação da obrigação de desempenho

As obrigações de desempenho das atividades operacionais da FCA são alcançadas em um momento específico, ou seja, na origem dos fluxos de transportes consiste na integração dos múltiplos modais, incluindo o carregamento e a descarregamento nos TI terminais. A medição dos serviços ferroviários deverá ser preferencialmente efetuada pelo peso real movimentado, apurado na origem ferroviária, em balança com aferição validada por órgão competente. Deverá considerar sempre um peso mínimo de carregamento para cada tipo de vagão a ser utilizado, se o carregamento do mesmo não for de responsabilidade da FCA.

3 - Determinação do preço da transação

A remuneração dos serviços prestados é efetuada pelo montante fixo definido em contrato, sem significativo componente de financiamento. A contraprestação variável, tais como: em conta: descontos, créditos, concessões de preço, devoluções e bônus não fazem parte da política ou prática comercial da Companhia.

4 - Alocação do preço da transação

O preço da transação deve ser alocado a diferentes obrigações a cumprir com base no preço de venda individual relativo. Pode ser o preço individual da venda de um bem ou serviço quando vendido separadamente para um cliente em circunstâncias semelhantes ou para clientes semelhantes. Se o preço individual da venda não for observável de forma direta, estime-o considerando todas as informações razoavelmente disponíveis, como condições de mercado, fatores específicos e classe de clientes.

A Companhia concede acessos aos seus clientes para acompanhar, através de sistemas, as movimentações das cargas nos terminais e de todas operações acessórias, considerando as características dos fluxos de transportes, tais como: Local de origem (procedência) x Local de destino x quantidade (Toneladas).

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Considerando as atividades da FCA, a administração analisou e concluiu que a aplicação da referida norma não trará impactos de reconhecimento de receita em consequência não trarão efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - com vigência para 1o de janeiro de 2018, substitui a orientação no IAS 39- "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que diz respeito à classificação e à mensuração de financeiros.

Considerando as atividades da FCA a administração analisou os impactos e os instrumentos financeiros não trarão novas implicações relevantes no balanço da companhia.

Relacionado a modelos de provisão para perdas, a nova regra, não é necessário esperar nenhum evento extremo para o reconhecimento da perda esperada, e a quantidade projetada de créditos perdidos deve ser registrada a cada 12 meses. Além disso, no modelo anterior, a contabilidade só levava em conta o histórico. Efeitos de uma possível perda de crédito futura não eram considerados, mesmo que a inadimplência ou perdas fossem uma possibilidade real.

As provisões para créditos de liquidação duvida até o fechamento do exercício de 2017 eram constituídas com base em critérios altamente recomendados e nas melhores práticas de mercado.

A companhia deverá adotar estimativas de possíveis perdas de seus recebíveis com base em cenários macroeconômicos futuros. Em uma análise simplificada e comparativa, a princípio, a companhia precisará alterar sua estimativa considerando a matriz de inadimplência histórica de percentual por categoria desde vencidos a vencer e assim calcular sua nova estimativa de provisão para perda. A companhia não espera impactos relevantes relacionado a mudança de critério proposto pelo IFRS 9, devido aos baixos níveis de inadimplência da FCA, por ter o mesmo o seu negócio integralmente desenvolvido dentro do Mercado Brasileiro, que sua carteira de clientes é formada por empresas de grande porte e que não existem componentes de financiamentos nos contratos comerciais.

A FCA optou por utilizar uma abordagem simplificada para mensurar as perdas de créditos esperadas sobre a sua carteira de recebíveis.

Outra mudança importante que entra em vigor com o IFRS 9 é o sistema de classificação dos instrumentos financeiros. Antes, era possível classificar os papéis em três categorias: mantido até o vencimento; para negociação; e disponíveis para venda.

A partir de 2018 é o modelo de negócios da empresa que vai comandar a classificação do papel no balanço.

Diferentemente da IAS 39, que dividia os ativos financeiros em 4 categorias (empréstimos e recebíveis, ativos financeiros ao valor justo através dos resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros mantidos até o vencimento) e os passivos financeiros em 2 categorias (valor justo através dos resultados e outros passivos financeiros), a IFRS 9 cria apenas 2 categorias para instrumentos financeiros: Ativos financeiros ao valor justo (por meio do Resultado ou do PL) e ativos financeiros ao custo amortizado. Tanto o modelo de negócios da entidade como as características do instrumento financeiro definirão a categoria mais apropriada para cada caso.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia tem principalmente, Caixa e Equivalentes, Contas a Receber, Contas a Pagar e Arrendamento e Concessão, caracterizados como Instrumentos Financeiros, sendo todos com mínima exposição a juros e caso tivesse seria melhor classificado pelo valor justo ao resultado. Assim atendendo ao especificado no IFRS 9, ativos ou passivos financeiros avaliados a valor justo por meio de resultado são, em sua maioria, ativos e passivos financeiros adquiridos ou incorridos principalmente para a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto.

IFRS 16 - "Leases", essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). A norma é efetiva para os períodos anuais com início em ou após de 1 de Janeiro de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A norma contábil estabeleceu princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. A FCA deverá aplicar esta norma de forma consistente com contratos que tenham características similares e em circunstâncias similares. A FCA pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1 de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada.

Todos os contratos de arrendamentos serão reconhecidos no balanço; Ativos Direitos de Uso passarão a ser reconhecidos; Passivos de arrendamentos registrados; e registros das operações idênticos às compras financiadas de um ativo.

Os principais contratos de arrendamento da companhia são: vagões e locomotivas, terminais integradores, projetos de renovação de locomotivas, contratos de concessão de transporte de cargas.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos por não ter ocorrido mudanças significativas de práticas contábeis.

c. Ênfases presentes no parecer do auditor

Efeitos da resolução 4.131 - ANTT

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4.1, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), por meio da resolução 4.131 de 3 de julho de 2013, alterada pelas resoluções 4.160 e 4.750 e da Deliberação 29, de 21 de janeiro de 2016, definiu as diretrizes de contabilização decorrente da desativação e devolução de trechos “antieconômicos” que compõem a malha ferroviária sob a concessão da Companhia. De acordo com a referida deliberação, parte das possíveis mutações patrimoniais relacionada à transferência de propriedade do bem dado em pagamento em decorrência deste assunto, somente terá sua cessão permitida após elaboração de instrumentos jurídicos, que não ocorreram até a conclusão dos nossos trabalhos. Os efeitos desse assunto sobre as demonstrações financeiras ocorrerão quando da aprovação dos projetos e dos respectivos cronogramas pelo Poder Concedente. Nossa conclusão não contém ressalva em função desse assunto.

Transações relevantes com Partes Relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de vendas e compras de serviços, operações de adiantamentos para futuro aumento de capital e operação de cessão de créditos fiscais são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 4.9 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa conclusão não contém ressalva em função desse assunto.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

- i. Redução do valor recuperável de ativos - A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "impairment", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "impairment".
- ii. Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível - A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.
- iii. Provisão para processos judiciais - A Companhia constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.
- iv. Tributos sobre o lucro diferidos - A Companhia reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporária em seus demonstrativos financeiros. A constituição dos tributos sobre o lucro diferidos, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, custos operacionais.
- v. Benefícios de planos de previdência privada - O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis

Concessão

1

A Companhia segue as orientações da ICPC 01 e da OCPC 05 para contabilizar a concessão dos serviços de transporte ferroviário e o arrendamento de bens vinculados à prestação desses serviços. A aplicação dessas interpretações e

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

orientações técnicas requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- i. Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.
- ii. Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.
- iii. Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("price cap") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "price-cap" é raramente atingido.
- iv. Conclusão de que os contratos de concessão e arrendamento oriundos da União (extinta RFFSA) são contratos de execução, devendo ser apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão, ao invés de registrados integralmente no momento inicial da concessão.
- v. Conclusão de não ser aplicável registrar no momento inicial da concessão nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, da concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

Para esses julgamentos, a companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras*****a. Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)***

A Companhia não detinha ativos e passivos, direta ou indiretamente, que não apareciam no seu balanço patrimonial nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Nos 3 (três) últimos exercícios sociais, não havia itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Vide item 10.6, acima.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de negócios

a. Investimentos

i.) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Em 2017, a FCA investiu o valor total de R\$ 518,7 milhões, 20% menor do que em 2016. Os recursos foram alocados na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante), além de projetos de meio ambiente e saúde e segurança.

Em 2018, com base nas premissas orçamentárias da Companhia, serão investidos, aproximadamente, R\$ 440 milhões (capital), R\$ 455,7 milhões (corrente) os quais serão aplicados na manutenção e melhorias da via permanente, na modernização de locomotivas e vagões, na construção e ampliação de pátios de cruzamento de trens e na manutenção e melhoria de oficinas e postos de abastecimento.

ii.) Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento dos investimentos provêm, principalmente, da geração de caixa operacional da Companhia e de aportes das controladoras.

iii.) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 31 de dezembro de 2017, não havia desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A Companhia não divulgou, até a presente data, a aquisição de novos ativos que possam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva, com exceção das estimativas de investimentos futuros descritas no item 10.10 (a) acima.

c. Novos produtos e serviços

i.) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há, até a data desta Proposta de Administração, pesquisas em andamento já divulgadas.

ii.) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2017 o investimento em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$ 4,7 milhões.

iii.) projetos em desenvolvimento já divulgados

Para 2018 estão previstos R\$ 6,48 milhões de investimentos em Pesquisa e desenvolvimento.

iv.) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Em 2017 o investimento em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$ 4,7 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 - Outros fatores com influência relevante**

Em 31 de dezembro de 2017, não havia outros fatores que influenciassem de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.